



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

1 **ATA DA VIGÉSIMA NONA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA DO DEPARTAMENTO**
2 **DE DIREITO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS.** No décimo quarto dia do
3 mês de junho de dois mil e dezessete, às quatorze horas e doze minutos, na Sala de Aula do
4 Departamento de Direito, sob presidência da professora Isabela Dias Neves, reuniram-se os
5 membros da Assembleia do Departamento de Direito da Universidade Federal de Lavras.
6 **Presentes:** Ricardo Augusto de Araújo Teixeira, Daniel Teixeira Silva, David Francisco
7 Lopes Gomes, Gustavo Pereira Leite Ribeiro, Isabela Dias Neves, Leonardo Gomes Penteadado
8 Rosa, Luciana Fernandes Berlini, Fellipe Guerra David Reis, Vinicius Nascimento Cerqueira,
9 Gustavo Seferian Scheffer Machado. Presentes, ainda, o representante técnico-administrativo
10 Paulo Henrique do Nascimento, a discente Marina Pierangelli Murilha, e as professoras
11 substitutas Ana Luiza Garcia Campus e Janaína Diniz Ferreira de Andrade (convidadas).
12 **Ausentes com justificativa:** Gabriela Cristina Braga Navarro, Bruno Henrique Gonçalves,
13 Daniela Olímpio de Oliveira e Fernanda Gomes e Souza Borges e Thaís Sêco, Juraciara
14 Vieira, Pedro Ivo Ribeiro e Sílvia Helena Rigatto. **1. Inclusão de ponto:** discussão sobre
15 desconto de ponto de secretaria do DIR. Aprovada por unanimidade a inclusão. **2. Pauta.**
16 **Ponto único:** Identificação e mapeamento das atividades do corpo docente da UFLA:
17 iniciativas para o aprimoramento dos processos de gestão. Presente, a fim de realizar
18 exposição, os professores Márcio Ladeira (Assessor do Reitor e Pró-Reitor Adjunto de Pós-
19 Graduação) e Ronei Ximenes (Pró-Reitor de Graduação) e o servidor Adriano Hígino Freire.
20 Professor Márcio Machado Ladeira: o objetivo é alterar a forma de realizar gestão de
21 docentes, agora que a Universidade está em diversas áreas, para implementar um mecanismo
22 meritocrático de distribuição de vagas. Objetivo não é avaliar docente, mas sim avaliar
23 grupo. Dificuldade de gerir vagas disponibilizadas por aposentadorias em um momento em
24 que vagas prometidas pelo MEC não são entregues. Cobranças da CGU à Universidade.
25 Divisão das atividades (ensino, pesquisa, extensão e administrativa) igualmente importantes
26 conforme normas aplicáveis. Criação de indicador chamado Hora-Equivalente Total, o que



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

27 não significa que o docente deve ter 40 horas-equivalentes, pois o objetivo não é mensurar
28 todas as atividades realizadas. Nome será modificado. Explicação de cada aspecto do
29 indicador. Quanto à extensão, dificuldade de obter dados, o que gera subavaliação, por
30 exemplo, do Núcleo de Prática Jurídica. Pedido de que o DIR faça sugestões para quantificar
31 a realização destas atividades. Em seguida, apresentação da Metodologia. Prejuízo possível
32 ao direito, pois professor afastado em geral continua orientando e publicando, e substituto
33 leciona; no caso do direito, por sua vez, docente se afasta em geral para doutorado, e não
34 orienta ou publica enquanto isso. Análises estatísticas. Correções: alteração do nome Hora-
35 Eq, base de dados 2016/1 e 2016/2, inclusão de adjuntos de cargos administrativos, inclusão
36 de EAD, de bolsas de produtividade, coordenação de grupos/Núcleos de extensão, melhoria
37 dos registros das atividades de extensão, inclusão de projetos de pesquisa sem financiamento
38 (caso haja vinculação de bolsista) etc.. Professor Gustavo Ribeiro: estágio supervisionado no
39 DIR exige presença em sala de aula (algumas disciplinas PRG funcionam como disciplinas
40 GDI). Professor Márcio Ladeira: pedido de encaminhamento destas informações. Professor
41 Ronei Ximenes: objetivo de passar disciplinas PRG para Departamentos. Discente Marina
42 Pierangeli Murilha: defesa de mesma pontuação para todo projeto porque os trabalhos com e
43 sem financiamento são formas diferentes de pesquisa. Professor Leonardo Gomes Penteado
44 Rosa: importante não haver muitas disparidades. Professor David Francisco Lopes Gomes:
45 defesa do uso de critérios diferentes para áreas distintas. Professor Márcio Ladeira: problema
46 de criação de critérios variados. Professor Ronei Ximenes: talvez devamos ter pontuação para
47 captação de recurso de realização de pesquisa. Importância de indicador para a universidade
48 como um todo. Professor Márcio Ladeira: apresentação de resultados. DIR: 16,5 horas-
49 equivalente em média. Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado: problema de uso de
50 hora-equivalente. Ademais, dificuldade de compreender origem dos pontos atribuídos.
51 Professora Isabela Dias Neves: importância de discriminação da origem da pontuação de
52 cada atividade. Professor Márcio Ladeira: aparentemente, uma das tabelas não foi enviada ao



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

53 DIR. Direito em último lugar, mas questão é de interpretação qualitativa dos dados: pode ser
54 que departamentos com menor hora-equivalente precise de mais apoio, inclusive para abrir
55 pós-graduação, que é característica dos departamentos com mais horas equivalentes. O
56 objetivo é alterar a ideia de que todos devem dar o mesmo número de horas de graduação e
57 que atividades de pós-graduação e orientação são adicionais para quem desejar, sem impacto
58 nos encargos de graduação. Meta de distribuir melhor as horas-equivalentes entre os
59 docentes. Apresentação das análises de *clusters* feitos pelo servidor Adriano Higino Freire:
60 grupo B, equilibrado entre pós e graduação, grupo A, grupo concentrado em graduação e
61 grupo C, que precisa ser visto com atenção. Análise dos dados administrativos, e defesa de
62 que contabilização não sobrevalorizou atividades desta espécie. Professor Gustavo Seferian
63 Scheffer Machado: há desvalorização de quem realiza extensão e, para muitos docentes,
64 estatísticas têm natureza mística. Professor Márcio Ladeira: simulações com diferentes perfis
65 docentes. Professor Ronei Ximenes: modelo avalia de forma similar variados perfis docentes.
66 Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado: problema de incentivar realização de
67 atividades que traz benefícios pessoais, e não benefícios do grupo. Importância de se
68 evitarem diferenças aberrantes, como a que ocorre em valorização excessiva da pesquisa.
69 Professor Ronei Ximenes: importância de não permitir essas grandes diferenças, e de
70 substituição de modelo intuitivo por modelo de indicadores. Professor David Francisco
71 Lopes Gomes: por que capítulo de livros não foi contabilizado? Professor Ronei Ximenes:
72 dificuldade de obtenção de dados. Professor David Francisco Lopes Gomes: especificidade
73 de livro e de capítulo de livro, e importância de reformular neste ponto para não prejudicar
74 ciências humanas. Professor Marcio Ladeira: dificuldades de contabilizar livros. Professor
75 Gustavo Ribeiro: avaliação do MEC deu nota 5 para produção, mas a avaliação da
76 Universidade chegou a conclusão contrária. Importância de livros de produção científica
77 coletiva. Professor Ronei Ximenes: ação de refinamento sucessivo, com captura de dados
78 pelo SIGAA. Professora Janaina Diniz Ferreira de Andrade: sugestão de capturar critérios de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

79 área da CAPES. Professor Márcio Ladeira: aí DIR teria capítulos de livros sem avaliação
80 QUALIS. Professor Gustavo Leite Ribeiro: revistas sem impacto na área, mas poderiam ter.
81 Professor Leonardo Gomes Penteado Rosa: co autoria tem a mesma pontuação? Professor
82 Márcio Ladeira: sim. Professor Leonardo Gomes Penteado Rosa: dificuldade de publicar em
83 grupo no Direito, o que diminui o número de publicações. Professor Gustavo Seferian
84 Scheffer Machado: importância de contabilizar realização de pesquisa em doutorado e co-
85 orientações. Professor Fellipe David Reis: correção de pontuação a capítulo de livros é
86 essencial. Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado: preocupação com serventia dos
87 indicadores ao controle de trabalho e até punição de docentes. Professor Ronei Ximenes:
88 nunca esteve na pauta. Professor Marcio Ladeira: única questão seria quanto aos docentes
89 que lecionam menos aulas do que o mínimo legal. Professor Gustavo Seferian Scheffer
90 Machado: importância de se evitarem ruídos, considerando dúvidas e receios que ouviu como
91 diretor da ADUFLA. Sugestão de que diálogos como o ora realizado ocorram antes da
92 divulgação dos dados. Professora Isabela Dias Neves: agradecimentos à presença dos
93 convidados. Informação sobre comissão do DIR. Outras atividades administrativas, como
94 participação em sindicância, serão contabilizadas? Professor Marcio Ladeira: poderemos
95 contabilizar, desde que informações estejam disponíveis **2. Ponto incluído na pauta pela**
96 **Assembleia:** Desconto na remuneração da secretária de Departamento. Professor Gustavo
97 Seferian Scheffer Machado: inclusão na pauta, com autorização da Joyce Vanuele,
98 funcionária terceirizada que teria recebido junto ao salário durante certo período valor de
99 R\$180, que, visto como incorreto pelo empregador, gerará desconto por 12 meses de valor de
100 \$400, que provocaria R\$16 de saldo mensal após suas despesas. Empregador se recusou a
101 diminuir valor do desconto ou não descontar. Valor supera 20% da remuneração e é
102 inconstitucional, caracterizando auto tutela. Resposta da ADCON foi negativa, e agora
103 aguarda-se resposta de Belo Horizonte. Professor Ricardo Augusto de Araújo Teixeira:
104 sugestão de que seja respeitado o limite aplicável aos servidores públicos de 10% de



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

105 desconto mensal. Professor Fellipe David Reis: cuidado com consequências de remoção de
106 funcionários. Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado: dever do ente público de agir
107 em caso de ilícito praticado pelo empregador contratado. Professor Gustavo Leite Ribeiro:
108 oferecer argumento não pessoal. Encaminhamento: recomendação a ser redigida pelos
109 professores Gustavo Seferian e Daniel Teixeira Silva no sentido de ilegalidade de desconto
110 de salário de funcionário terceirizado para corrigir valor pago irregularmente e, no máximo,
111 em caso de necessidade, de desconto de 10%, que é o limite aos servidores públicos, que
112 deve aplicar também a funcionários terceirizados. Aprovado por unanimidade. **3. Informes**
113 **da chefia.** 1. Ainda é possível fazer pedidos de monitores voluntários. 2. Comissão que une
114 DAE e DIR. Foi proposta pela chefia do DAE de trabalhar conjuntamente com o DIR em
115 uma comissão a ser constituída com membros de ambos os departamentos para apresentação
116 de sugestões sobre a nova estruturação da UFLA. Professor Gustavo Seferian Scheffer
117 Machado: problema de audiência pública numa quarta-feira com prazo no domingo para
118 sugestões. Ideal seria pedir dilação dos prazos para consideração. Professor Leonardo Gomes
119 Penteado Rosa: DIR tem muitas proximidades com o DCH em termos de pesquisa e desafios,
120 inclusive mais que com o DAE. Professor Gustavo Leite Ribeiro: prazo já foi adiado no
121 passado e não é o estrategicamente mais adequado nos aproximarmos do DAE (teríamos um
122 professor, enquanto o DAE teria oito na Congregação). Professor Fellipe David Guerra Reis:
123 matriz seria das faculdades, o que geraria problemas para nós. Professor Ricardo Augusto de
124 Araújo Teixeira: entendeu que matrizes continuariam separadas. Professor Gustavo Leite
125 Ribeiro: nossos desafios, inclusive quanto a produção, estão mais próximos do DED, do
126 DCH, do DEL do que do DAE. Num ambiente maior tendemos a ter mais atendidas nossas
127 demandas. Professor Daniel Teixeira Silva: necessidade de debate, mas aparentemente
128 seremos mais bem atendidos junto aos outros departamentos, e não só com o DAE. Professor
129 Gustavo Leite Ribeiro: objetivo da reforma é de aumentar ordenadores de despesa e facilitar
130 decisões nos Conselhos Superiores. Professor Fellipe David Guerra Reis: parte da questão é



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE LAVRAS
DEPARTAMENTO DE DIREITO**

131 disponibilidade somente de 6 cargos de direção; hoje é difícil saber como será. Professor
132 Ricardo Augusto de Araújo Teixeira: DIR e DAE juntos geram um problema de
133 concentração de matrículas, mas a PRG se mostrou muito reticente a aceitar sétima
134 faculdade. Podemos nos separar posteriormente. Professora Isabela Dias Neves:
135 encaminhamento de manifestação de interesse por participação na Comissão que será
136 formada com professores do DAE para apresentação de propostas. Ninguém manifestou
137 interesse em compor tal comissão a ser constituída. Encaminhamento: haverá manifestação
138 da Assembleia? Professor Gustavo Seferian Scheffer Machado: pedido de 15 dias para nova
139 Assembleia em que isso ocorra. Professora Luciana Fernandes Berlimi: e se pedido não for
140 aceito? Talvez possamos fazer manifestação subsidiária de não nos unirmos ao DAE se
141 pedido de mais prazo não for concedido. Professor Gustavo Leite Ribeiro: mas o prazo de
142 segunda-feira da resposta à Reitoria e não ao DAE. Professora Luciana Fernandes Berlimi:
143 retirada da sugestão. Resposta à Reitoria sugerida pelo professor Gustavo Leite Ribeiro:
144 considerando afastamentos docentes e pouco tempo médio dos docentes do Departamento na
145 UFLA, pede-se extensão do prazo de resposta em 15 dias para viabilização de resposta com
146 maior qualidade. Aprovado por unanimidade. Professora Janaína Diniz Ferreira de Andrade
147 relata experiência na UFOP, quando acompanhou união da escola como representante
148 discente no CUNI: detalhes importantes dos órgãos e de suas atribuições. Professor Gustavo
149 Leite Ribeiro: há imagens disponibilizadas pela reitoria. Deu-se por encerrada a assembleia
150 às dezesseis horas e quarenta e dois minutos. Eu, Leonardo Gomes Penteado Rosa, lavrei a
151 presente ata, que após lida e aprovada, será assinada por mim e demais participantes.